

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DA IAS 17-
LOCAÇÕES - UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO LOBBYING

Ana Teresa Costa Cordeiro Monteiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Gestão

Orientadora:

Professora Doutora Ana Isabel Dias Lopes, Prof. Auxiliar, ISCTE-IUL Business
School, Departamento de Contabilidade

Setembro 2016

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DA IAS 17-LOCAÇÕES
UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO LOBBYING

Resumo

Este estudo analisa: (i) a relação entre o número de cartas submetidas por país, sob a forma de *comment letters*, à proposta de alteração apresentada pelo Financial Accounting Standard Board e o International Accounting Standard Board, à International Accounting Standard (IAS) 17 – Locações, e o volume anual de locações por país, o número de empresas com contratos de locação por país, e ainda se o país é um Estado Membro da UE ou é membro do G4+1; (ii) se existe maior tendência para algum dos *stakeholders* concordarem ou discordarem da proposta. Tendo em vista estes objectivos, foram analisadas as 645 *comment letters* submetidas e disponíveis para consulta por diversas entidades localizadas em vários países, que pretendiam desta forma comentar a proposta de alteração sobre os efeitos dos contratos de locação nas demonstrações financeiras. Os resultados sugerem que, relativamente ao primeiro nível de análise deste estudo, o número de cartas é influenciado pelo volume de locações, pelo número de empresas com contratos de locação e pelo efeito de pertencer ao G4+1, não existindo associação com o facto de ser um Estado Membro da UE. Relativamente ao segundo nível de análise, é possível concluir que os preparadores são aqueles que em média têm menor percentagem de respostas concordantes com a proposta, quando comparados com os outros grupos.

Palavras-Chave: *Lobbying*; IAS 17; IFRS 16; IASB; FASB

JEL Classification: D72; M480

Abstract

This study examines: (i) the relation between the number of *comment letters* submitted by country, to the changes proposed by the IASB and FASB to the IAS 17 – Leases, and the annual volume of leases by country, the number of companies with leases' contracts by country, if the country is a member of Europe Union or a member of the G4+1; (ii) if exists a tendency for some stakeholders agree or disagree with the same proposal. The study analysed 645 comment letters submitted by 641 different entities all over the world, who intended to comment the proposal on the changes of the effect of leasing in financial statements. Firstly, findings suggest that the number of comment letters it's associated with the annual volume of leases, the number of companies with leases' contracts and the fact that the company is a G4+1 member, although there is no association between the UE membership and the level of participation. Secondly, results seem to show that the preparers are the one, in average, with a lower percentage of agreement answers when compared with the other stakeholders.

Key Words: Lobbying; IAS 17; IFRS 16; IASB; FASB

JEL Classification: D72; M480

Agradecimentos

A presente tese de dissertação de mestrado contou com importantes apoios, sem os quais não teria sido possível e aos quais estarei para sempre grata.

À professora e minha orientadora Ana Isabel Lopes, pelo apoio, disponibilidade e conhecimento que me ofereceu. Pelas críticas e auxílio no encontro de respostas para dúvidas e questões naturalmente existentes, que foram ao encontro da resolução de diversos problemas encontrados ao longo deste processo.

Ao ISCTE, pelo corpo docente que fornece e pelo seu crescimento e aperfeiçoamento ao longo dos anos.

Aos meus amigos, sempre presentes nos melhores e nos piores momentos; e, acima de tudo, à minha família – modelo de persistência, equilíbrio, amizade e tolerância. Sem eles não seria possível a realização da presente dissertação e, consequentemente, a obtenção de grau de mestre.

Índice

| | |
|---|-----|
| Resumo..... | ii |
| Abstract | iii |
| Agradecimentos..... | iv |
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Revisão de Literatura | 4 |
| 2.1. IASB..... | 4 |
| 2.2. Processo de Criação/Alteração de Normas | 5 |
| 2.3. IAS 17: Locações | 7 |
| 2.4. <i>Lobbying</i> no IASB..... | 10 |
| 3. Metodologia | 14 |
| 4. Resultados | 17 |
| 4.1 Análise descritiva | 17 |
| 4.2 Teste de hipóteses | 21 |
| 4.3 Análise adicional..... | 26 |
| 5. Conclusões | 29 |
| 5.1 Conclusão do estudo descritivo e empírico..... | 29 |
| 5.2 Limitações e pistas para futura investigação..... | 30 |
| 6. Referências Bibliográficas | 31 |

Lista de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Número de Cartas por País..... | 17 |
| Tabela 2: Número de Cartas por Continente | 18 |
| Tabela 3: Pertencem ou não à União Europeia | 18 |

| | |
|---|----|
| Tabela 4: Pertencem ou não ao G4+1 | 18 |
| Tabela 5: Distribuição das Cartas por Tipo de Entidade | 19 |
| Tabela 6: Resposta por Tipo de Entidade..... | 19 |
| Tabela 7: Número de Empresas que Submeteram <i>Comment Letters</i> com Contratos de Locação por País..... | 20 |
| Tabela 8: Resultado do teste t para amostras independentes (Preparadores vs. Restantes) | 21 |
| Tabela 9: Resultados do teste t para amostras independentes (Utilizadores vs. Revisores)..... | 21 |
| Tabela 10: Correlação de Pearson | 24 |
| Tabela 11: Resultados da Regressão Linear | 25 |
| Tabela 12: Motivos para o “Não” | 27 |
| Tabela 13: Motivos para o “Sim” | 27 |

Lista de Figuras

| | |
|--|---|
| Figura 1: Processo de Implementação de IFRS (IASB, 2016) | 5 |
|--|---|

Lista de Gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Volume de Locações por País | 20 |
|--|----|

Lista de Abreviaturas

IASB: International Accounting Standard Board

FASB: Financial Accounting Standard Board

IAS: International Accounting Standard

IASC: International Accounting Standards Committee

IFRS: International Financial Reporting Standard

ED: Exposure Draft

UE: União Europeia

1. Introdução

O vasto e recente fenómeno da globalização, presente e sentido nos mais variados momentos do nosso quotidiano, gerou uma expansão mundial de grupos empresariais e a contabilidade passou, assim, a ser uma fonte de informação para accionistas, credores e outros agentes surgindo a necessidade de estabelecer um conjunto de regras harmonizadoras bem como a criação de um organismo regulador dessas normas contabilísticas a nível mundial.

Neste seguimento surge, em 1973, o International Accounting Standards Committee (IASC).

Este organismo acompanhou o evoluir dos tempos tendo sido alvo de diversas alterações ao longo dos anos, por forma a adaptar-se às novas exigências que, por diversas razões foram surgindo. Em 2001 o IASC deu lugar ao actual International Accounting Standards Board (IASB).

A elaboração de normas contabilísticas, a criação de novas normas contabilistas ou as alterações das já existentes, gera impacto nos diversos *stakeholders*, levando a que estes exerçam pressão de forma a influenciar a aprovação ou rejeição, de propostas de criação ou de alteração das normas contabilísticas, particularmente as emitidas pelo IASB, (Watts e Zimmerman, 1978; Weetman et al., 1996; Georgiou 2004; Broadbent e Laughlin, 2005; Durocher et al, 2007; Stenka e Taylor, 2010).

Estes tipos de pressão, mais conhecidos por *lobbying*, surgem através de diversos meios sendo os mais comuns e visíveis a submissão de *Comments Letters* às propostas publicadas (Stenka e Taylor, 2010). No que respeita a propostas elaboradas pelo IASB, o convite à participação no processo de criação ou alteração de normas é público e de carácter internacional.

Estas *Comments Letters* podem ser submetidas por qualquer pessoa interessada em dar a sua opinião, por alguém que tenha como objetivo influenciar a tomada de decisão em benefício próprio ou por alguém que, simplesmente, pretende oferecer um contributo construtivo ao processo.

Existem diversos estudos que se centram nas pressões a que o IASB está sujeito. Uns focam-se no *lobbying* em geral e na sua capacidade de influenciar a emissão de normas (Chung, 1999), outros nas formas que o *lobbying* pode assumir e quais destas são as mais influentes (Hansen, 2010), outros ainda centram-se, apenas, numa norma e analisam os intervenientes e de que forma estes tentaram influenciar a sua emissão (Giner e Arce, 2012).

A presente dissertação tem como objectivo dar um contributo para o estudo do *lobbying* na emissão e alteração das normas contabilísticas pelo IASB, e nesta sequência irá centrar-se na análise das *comment letters* submetidas para comentários sobre a proposta de alteração da IAS 17 – Locações, feita pelo IASB e pelo FASB.

A IAS 17 – Locações, foi emitida pela primeira vez em setembro de 1982, revista duas vezes até à data e tem por objectivo “ (...) prescrever , para locatários¹ e locadores², as políticas contabilísticas e divulgações apropriadas a aplicar em relação a locações financeiras e operacionais” (IAS 17); sendo este o objetivo da norma o seu conteúdo aborda, designadamente, definições, o reconhecimento inicial e subsequente bem como a sua mensuração nas demonstrações financeiras do locador e locatário.

Esta alteração no reconhecimento dos bens sob locação gerou grande controvérsia devido ao impacto que se estimava vir a gerar nas demonstrações financeiras de locadores e locatários.

A metodologia utilizada suporta-se numa análise de conteúdo às cartas (*comment letters*), submetidas por diversos stakeholders, relativas à proposta de alteração da IAS 17 – Locações. Com vista ao objetivo do estudo irá ser feita uma análise da relação de diversos factores e o nível de participação de diversos países na submissão das referidas *comment letters*. Factores esses que abrangem o volume de locações existente em cada um dos países em questão, o número de empresas que tem contratos de locação nestes mesmos países, e ainda se estes pertencem ou não à União Europeia e ao G4+1.

Tanto quanto se acredita conhecer, este será um dos primeiros estudos relativo à participação de diversos países, bem como à sua relação com os factores anteriormente

¹Sujeito que recebe o direito de uso sobre um bem, mediante um contrato.

²Proprietário do bem, que cede o seu direito de uso mediante um contrato

mencionados, no processo que usualmente é conhecido como “*Lobbying*” relativo, concretamente, às *comment letters* submetidas na proposta de alteração da IAS 17 – Locações.

Esta dissertação é composta por cinco secções. Após a presente introdução, a secção dois aborda a revisão de literatura e o desenvolvimento de hipóteses. De seguida, a secção três descreve a metodologia utilizada para depois, na secção quatro, se apresentarem os resultados e sua discussão. Por fim, a secção cinco apresenta as conclusões e pistas para futura investigação.

2. Revisão de Literatura

2.1. IASB

O International Accounting Standards Board (IASB) apresenta-se como um grupo privado, sem fins lucrativos, cujo processo de criação/alteração de normas está construído de forma independente de interesses socioeconómicos. É composto por 14 membros com uma vasta experiência em preparar, auditar ou utilizar os relatórios financeiros das empresas. Estes são responsáveis pela publicação e revisão de normas contabilísticas internacionais, no original International Financial Reporting Standard (IFRS) - utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e respetivos anexos (IASB, 2015).

Numa primeira fase foi criado o International Accounting Standard Committee (IASC), fundado em 1973 por nove países, tendo como objetivo principal a criação de normas contabilísticas mundiais. O IASB surge apenas em 2001, como resultado da estrutura do seu antecessor IASC, pertencendo à IFRS Foundation. As normas que são publicadas denominam-se IFRS, fazendo parte do normativo em conjunto com as já existentes IAS.

A criação do IASB e por consequência das IFRS, tem três objetivos definidos, especificamente: (i) a maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras, por forma a ser possível a análise e comparação de empresas de diferentes países sem a necessidade de alterações nos seus relatos financeiros; (ii) a diminuição do *gap* entre a informação necessária aos investidores e a presente nas demonstrações financeiras; (iii) e a eficiência económica, permitindo aos investidores captarem as oportunidades e riscos de determinada empresa, por forma decidirem onde é melhor investir (IASB,2015).

Este Organismo não obriga qualquer entidade ou país a usar o seu normativo apesar de o recomendar. Contudo há outros reguladores que o podem fazer, assim a União Europeia exigiu, através do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, a aplicação das IAS/IFRS do IASB na preparação das contas consolidadas de entidades com títulos admitidos à cotação numa bolsa de valores em qualquer Estado Membro, com início em 1 de janeiro de 2005.

2.2. Processo de Criação/Alteração de Normas

Qualquer alteração ou criação de uma nova norma por parte do IASB é feita publicamente por forma a incentivar a participação de todas as partes interessadas.

O processo de criação/alteração das normas contabilistas pelo IASB é dividido em seis passos mencionados seguidamente, conforme ilustrado na figura 1 (IASB, 2016):

1. Definição da Agenda
2. Planeamento do Projeto
3. Desenvolvimento e Publicação da Pré-Proposta
4. Desenvolvimento e Publicação da Proposta
5. Desenvolvimento e Publicação da Norma
6. Implementação

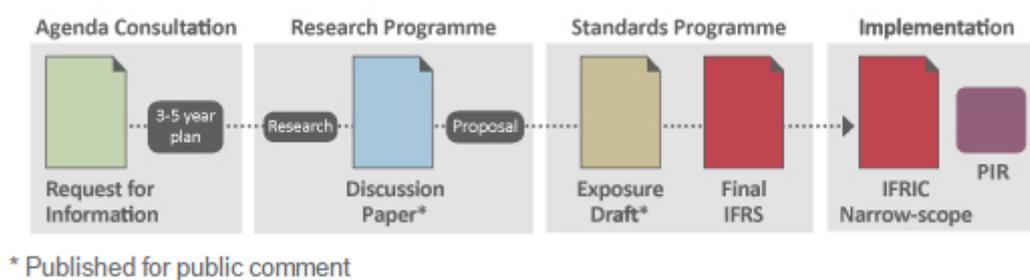


Figura 1: Processo de Implementação de IFRS (IASB, 2016)

Na definição da agenda o IASB analisa temas que possam ser importantes e para os quais é necessário criar novas normas ou alterar as já existentes. A sua importância é definida com base em comentários das partes interessadas, resultante da participação em outros processos assim como resultantes de pedidos de esclarecimentos, alteração, sugestões, etc., que lhe são endereçados.

Após determinado tema ser considerado importante e, por consequência, adicionado à agenda, o passo seguinte é planejar como se desenrolará todo o projeto. Nesta etapa é definida ainda a equipa que será responsável pelo mesmo, quais os seus supervisores e, por fim, quais os pontos importantes a ter em conta.

O desenvolvimento e publicação da pré-proposta não é obrigatório, mas por norma o IASB publica-o de forma a obter comentários numa fase mais inicial do processo. Nesta pré-proposta é exposto o tema de forma resumida, os diversos tipos de abordagem que possam ser feitos e qual a abordagem escolhida à partida por quem o elabora.

Numa fase posterior e após análise dos comentários à pré-proposta o IASB elabora a proposta final, sendo que nesta já está definida a norma em concreto, e é então publicada para discussão. Em regra, existe uma maior participação nesta fase do processo, sendo que já estão definidas as conclusões, e os vários intervenientes conseguem, com isso, fazer uma avaliação do seu impacto. Em alguns casos, após análise dos comentários, pode ser publicada uma segunda proposta.

Quando é dado por terminado o tempo para submissão de comentários, o IASB reúne-se, analisa as diversas submissões e decide se procede para a elaboração da IFRS ou não.

Caso a IFRS seja elaborada e publicada, há posteriormente reuniões com as partes interessadas de modo a garantir que não existirão problemas na sua implementação e quais os impactos que irão seguidamente surgir. (IASB, 2016)

Durante o processo de consulta pública são efetuados comentários pelas partes interessadas sobre uma norma específica. Os principais participantes nesse processo, que respondem ao apelo do IASB, são normalmente classificados em Preparadores, Utilizadores, Revisores e Reguladores. Estes comentários enviados por estes grupos de partes interessadas são denominados de *comment letters* e podem ser submetidos em duas fases do processo, sendo elas: (i) no desenvolvimento e publicação da pré-proposta e (ii) no desenvolvimento e publicação da proposta. Estas têm uma importância fundamental na construção da imagem do IASB como um organismo independente e legítimo, uma vez que a participação e o debate público são essenciais para este objetivo (Zimmerman et al, 2008; Larson e Herz, 2013). Legitimidade é o resultado de uma avaliação positiva de determinado público sobre uma organização e as suas ações (Richardson e Eberlein, 2011; Larson e Herz, 2013).

O IASB tem aceitação a nível dos mercados/empresas mundiais, sendo apoiado por Entidades e Organizações Institucionais, assim como Reguladores de Mercado, tendo a capacidade de influenciar as empresas de diversos países.

Esta capacidade de influência tem um lado positivo e negativo: (i) sendo positivo o facto de estarmos numa economia globalizada e, conseqüentemente, cada vez mais existir uma maior interação entre mercados distintos e maior número de empresas multinacionais é uma mais-valia ser possível a harmonização a níveis contabilísticos e assim a comparabilidade entre empresas; (ii) contudo, o lado negativo assenta na criação de maiores pressões a nível de aprovação e alteração das normas por parte de grupos empresariais e mercados, dado a sua capacidade de influenciar economicamente os mesmos.

2.3. IAS 17: Locações

A IAS 17 define como devem ser reconhecidas e mensuradas, contabilisticamente, as locações operacionais e financeiras tanto por parte dos locadores como dos seus locatários.

Segundo a IAS 17, locação é “um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado” .

As locações podem dividir-se em dois tipos, especificamente: (i) financeiras, onde todos os riscos dos ativos são transferidos para o locatário, podendo no final este exercer a opção de adquirir ou não o ativo; (ii) operacionais, que englobam todos os outros tipos de locações que não se inserem nas financeiras (IAS 17).

A versão da IAS 17 cuja proposta de alteração está em causa define que, a nível do locatário, as locações operacionais sejam apenas reconhecidas como gastos durante o período do contrato numa base de linha reta, e as locações financeiras devem ser reconhecidas como ativo, reconhecendo em simultâneo um passivo de igual valor relativo ao respetivo financiamento, dando origem ao reconhecimento de depreciações que serão reconhecidas como gasto durante o período de vida útil do ativo.

A nível do locador, as locações operacionais devem ser reconhecidas como ativo sujeito a depreciação, e os rendimentos provenientes do contrato devem ser registados durante o período desse mesmo contrato numa base de linha reta. Por sua vez, as locações financeiras devem ser também reconhecidas no ativo (mas como uma dívida a receber, e não como um ativo fixo tangível) e as suas rendas como rendimento financeiro.

Esta forma de tratar as locações foi fortemente criticada ao longo do tempo, devido à sua falta de transparência, uma vez que não demonstrava de forma clara o impacto que estas têm nas contas das empresas.

Dada a necessidade de ser demonstrado de uma forma clara, transparente e completa a atividade e situação de uma empresa através das demonstrações financeiras (Pinhal, 2011) o IASB e o FASB³, em 2006, iniciaram um conjunto de reuniões com o objetivo de elaborar uma proposta de alteração da IAS 17. Em julho de 2006 foi dado o primeiro passo do processo e definida a agenda onde se previa, que em 2008, existiria um projeto definido para a IAS 17, altura em que se daria início ao segundo passo do processo. O projeto foi, contudo, elaborado antes do espectável e em fevereiro de 2007 o IASB e o FASB emitiram os objetivos da alteração da norma e os próximos passos a seguir.

Em março de 2009 foi elaborada, pelo IASB e FASB, uma pré-proposta, denominada de *Leases: Preliminary Views*, onde se explica o porquê de ambos os *boards* terem adicionado este projeto à agenda, a história da norma e quais as principais alterações que se espera serem feitas.

Como mencionado anteriormente as pré-propostas são em regra sujeitas a um período de recepção de *Comment Letters*. Esta não foi exceção, tendo este período durado até julho de 2009. O objetivo da pré-proposta é, também, ajudar o *board* a seguir o melhor caminho na alteração das normas através dos comentários das diversas entidades interessadas. Após análise das *Comment Letters* o *board* iniciou a elaboração da proposta final a ser submetida a consulta pública, já com o intuito de estar mais próxima do que seria a norma na sua versão publicada.

A 10 de agosto de 2010 foi emitida a proposta de alteração, com um período de comentários até 15 de dezembro de 2010. Foi, então, proposto que todos os ativos e passivos relacionados com atividades de locação passassem a estar refletidos nas demonstrações financeiras das diversas entidades, deixando de existir a distinção entre locação operacional e financeira.

³ Financial Accounting Standard Board (FASB) é um organismo criador de normas nos Estados Unidos da América. O FASB e o IASB iniciaram de forma conjunta o processo de alteração da IAS 17 e a sua equivalente nos Estados Unidos.

Dado o conteúdo das *Comment Letters* e as críticas negativas a esta proposta que foram entretanto recebidas, o IASB e o FASB optaram por efetuar uma nova revisão da proposta e em maio de 2013 surge uma proposta revista (E. Barone et al., 2014), com um período de *comment letters* até setembro de 2013. Esta nova proposta tem como principal alteração a introdução do modelo dual, ou seja, existe uma distinção entre *tipo A* e *B* de ativos. Os ativos *tipo A* dizem respeito a equipamento, veículos, ou seja todos os que não sejam considerados propriedades, enquanto os ativos *tipo B* dizem respeito a edifícios e terrenos.

Nesta proposta, o *tipo A* e *B* diferem a nível de reconhecimento para os locatários e na mensuração subsequente, ou seja: (i) no *tipo A* os gastos com juros combinados relacionados com o passivo da locação são registados na demonstração de resultados separados da depreciação do ativo em uso; (ii) no *tipo B* os gastos com juros combinados e a depreciação são reconhecidos na mesma rubrica e de forma linear ao longo da vida do contrato.

A nível de reconhecimento para os locadores, as locações de *tipo A* e *B* também diferem. No *tipo A* existe um desreconhecimento do ativo no balanço em contrapartida do custo das vendas e um reconhecimento de uma conta a receber referente aos pagamentos que irão existir. No *tipo B* o tratamento será muito similar ao de uma locação operacional, ou seja, o ativo mantém-se no balanço e serão reconhecidos os recebimentos referente à locação (Rodrigues, 2014).

Em janeiro de 2014 começaram a ser tomadas as últimas decisões e a proposta acabou por ser aprovada e a nova norma emitida em janeiro de 2016. Na sua sequência, foi revogada a IAS 17 e emitida a IFRS 16 - Locação, que só será efetiva para exercícios que se iniciem em ou após, 1 de janeiro de 2019. Apesar de ser permitida a sua adoção voluntária, correntemente a generalidade das empresas continua a adotar a IAS 17 ainda em vigor.

Esta alteração na contabilização das locações terá um forte impacto a nível económico, tanto na esfera dos locadores como dos locatários (Barone et al.,2014). Muitos estudos foram desenvolvidos com o objetivo de analisar o impacto desta alteração tanto a nível das demonstrações financeiras como dos rácios financeiros que lhe são associados. Bennett e Bradbury (2003) estudaram o impacto da capitalização das locações em trinta

e oito (38) empresas e chegaram à conclusão que existiria um aumento do passivo superior ao aumento do ativo. Kilpatrick e Wilburn (2006) concluíram que as locações operacionais não registadas representam 87,7% do total do passivo e 36,7% do total do ativo, corroborando o estudo anterior. Imhoff et al. (1991) efetuou um estudo onde analisou diferentes empresas americanas e em todas os rácios de alavancagem financeira e *debt on assets* aumentaram com o reconhecimento das locações operacionais no balanço. Foram também efetuados estudos nos rácios de retorno dos ativos e rendimento do capital próprio por Duke et al. (2009) onde se concluiu que o primeiro apresenta um decréscimo e o segundo um aumento quando consideradas as locações operacionais no balanço.

2.4. Lobbying no IASB

Como referiu Zeff (2002), o maior desafio do surgimento do IASB, seria a pressão política a que o Organismo iria estar sujeito ao criar e alterar normas contabilísticas. Zeff (1978, p.43), define “políticas” como “*self-interested considerations or pleading by prepares or other that may be detrimental to the interests of investors and other users, a phenomena that has been associated with the term “economic consequences”*”.

Como já anteriormete mencionado, este tipo de pressões políticas são vulgarmente designadas por *Lobbying*. Este conceito por definição diz respeito à tentativa de influência na tomada de decisões que terão impacto numa determinada empresa, ou grupo de empresas (Business Dictionary, 2015).

Sutton (1984, p.81) refere-se à atividade de *lobbying* como “*All the actions which the interested parties take to influence the rule-making body*”.

Pode então definir-se *Lobbying* como a capacidade de determinado grupo, através de variadas ações, influenciar uma tomada de decisão para que esta lhe seja benéfica politicamente ou economicamente. Contudo, o *Lobbying* não tem de ser definido como algo positivo ou negativo. Segundo Lodi (1986, p.xii), “como instrumento de trabalho, o *lobby* é moralmente neutro, podendo servir para o Bem e para o Mal”.

No IASB, o *Lobbying* pode existir em diversas formas, através de canais formais, como reuniões, *comment letter*, fóruns públicos e informais, como telefonemas ou conversas (Walker e Robinson,1993; Georgiou, 2004; Stenka e Taylor, 2011). Contudo a maioria

dos estudos centra-se na submissão das *comment letters* por três motivos: (i) serem documentos públicos (Kosi e Reither, 2014); (ii) a participação formal ser mais importante para o IASB do que era para o IASC, dado os membros deste último representarem grupos particulares (Jorissen et al., 2012; Kosi e Reither, 2014); (iii) e haver uma forte relação entre a submissão de *comment letters* e outros tipos de *Lobbying* (Georgiou, 2004; Orens et al., 2011; Kosi e Reither, 2014).

Existem diversos estudos relacionados com a pressão que é exercida sobre quem define as normas contabilistas. Alguns centram-se no que pode levar ou não ao sucesso da pressão (Polk, 2002; Mattli e Buthe, 2005; Hansen 2010), outros em cada um dos *stakeholders* e quais os motivos que os levam a fazer essa mesma pressão (Watts e Zimmerman, 1978; Pong e Whittinhgton, 1996; Weetman, 2001; Kwok e Sharp, 2005), ou quais os que têm mais tendência para o fazer e porquê (Sutton, 1984; Tandy e Wilburn, 1996; Adel, 2005; Durocher et al, 2007), e ainda o que leva uns países a ter mais participações quando comparados com outros (Larson e Herz, 2011).

Podem-se identificar duas diferentes linhas de pensamento no que refere à explicação do sucesso do *lobby*: (i) a capacidade de transferir a informação para os reguladores (Polk, 2002); (ii) o impacto que os *lobbyists* têm na viabilidade financeira e operacional dos reguladores (Mattli e Buthe, 2005).

Hansen (2010) estudou as duas hipóteses mencionadas no parágrafo anterior. Para isso analisou as diferentes *comments letters* submetidas entre novembro de 2002 e janeiro de 2004, a cinco diferentes Exposure Drafts (ED) emitidos pelo IASB e, através de inferência estatística concluiu que a capacidade de transferir informação tem mais influência que a viabilidade do regulador.

Esta capacidade de transmitir informação aos reguladores está dependente da forma como é escrita a *comment letter* e que argumentos são usados por cada indivíduo para expôr o seu ponto de vista, seja ele contrário ou não ao emitido na proposta (Brown, 1982). O tipo de argumentos que é usado varia consoante o objetivo que lhe está subjacente, ou seja, em casos de concordância com a proposta em norma não é utilizado nenhum argumento que justifique esta opinião, mas sendo a opinião contrária, são utilizados argumentos conceptuais (Tutticci et al, 1994).

Outros estudos centram-se ainda nos diferentes grupos que existem e quais os que apresentam maior predisposição para fazer pressão. Uns defendem que os grupos empresariais (Preparadores) são os que tentam influenciar com mais frequência as propostas do IASB (Hoppe e Briggs, 1982; Jupe, 2000; Stenka e Taylor, 2011), dado serem os que sentem em maior escala os efeitos de alteração ou criação das normas, tendo estas impactos a níveis económicos nas demonstrações financeiras das empresas. Como Watts e Zimmerman (1978) mencionaram “*the effort that prepares put on lobbying depends of the economic benefit that would come*”.

Outros afirmam que os utilizadores têm uma taxa de participação superior ao que é sugerido em alguns estudos (Weetman et al., 1994; Ryan et al., 2000) e que o que os impede de participar mais é o custo de exercer pressão (Georgiou, 2010).

A baixa taxa de participação da sociedade académica é explicada pelo facto de existir falta de interesse no assunto e a ideia de que não irão influenciar a opinião de quem define as normas (Tandy e Wilburn, 1996).

Seguindo o modelo da escolha racional de Sutton (1984), as entidades participam se os benefícios forem superiores ao custo do *lobbying*. Diversos estudos foram conduzidos nesse sentido provando que as entidades têm sempre um interesse económico quando dão a sua opinião relativamente a uma proposta (Sutton, 1984; Watts e Zimmerman, 1986; Stenka e Taylor, 2011).

A diversidade geográfica também foi alvo de estudos anteriores. Jorissen et al. (2012) dividiu os comentários entre europeus ou não europeus, chegando à conclusão de que a maioria das respostas (52%) vem da europa. Larson e Herz (2013) baseia-se em comentários entre 2001 a 2008, num total de 5921 *comment letters* analisadas e verifica a existência de uma associação positiva entre o número de respostas e o facto de os países pertencerem à União Europeia e ao G4+1 (EUA, UK, Canada, Nova Zelândia e Austrália), concluindo que, relativamente ao período de 2001 a 2008 para a primeira não existe significância estatística e para o segundo existe. Este estudo foi elaborado antes da emissão da IAS 17. Como tal, seria interessante analisar se o padrão de diversidade geográfica nesta norma se assemelha ao evidenciado para o conjunto de todas as alterações até 2008.

Os estudos anteriores não se debruçaram sobre o potencial *lobbying* em entorno da IAS 17. Tendo sido uma norma cuja alteração se prolongou no tempo, e tendo sido um projecto que envolveu os dois principais organismos emissores de normas, IASB e FASB. Identifica-se um *gap* na literatura associado à participação no processo da proposta de alteração da IAS 17. Levando-nos assim as cinco hipóteses de estudo nesta dissertação, sendo elas:

H1: Os participantes no processo de discussão pública, concordam com as alterações propostas?

H2: O número de *comment letters* enviado por cada país está positivamente associado com o volume de locações desse país?

H3: O número de *comment letters* enviado por cada país está positivamente associado ao número de empresas com contratos de locação desse país que participam no processo?

H4: O número de *comment letters* enviado por cada país está positivamente associado com o facto de este país pertencer à União Europeia?

H5: O número de *comment letters* enviado por cada país está positivamente associado com o facto de esse país pertencer ao G4+1?

3. Metodologia

Este estudo centrar-se-á na análise da diversidade geográfica e na participação das diversas entidades na submissão das *comment letters* enviadas para o IASB e FASB durante o processo de alteração da IAS 17.

Em setembro de 2010 foi submetida uma proposta de alteração da IAS 17 feita pelo FASB e pelo IASB. Esta foi sujeita a comentários de diversas entidades através de *comment letters*, que posteriormente foram analisadas, dando origem a uma proposta revista em maio de 2013. É nas *comment letters* a este ED de 2013 que este estudo se baseará.

A amostra consiste em *comment letters* que foram emitidas/enviadas por 641 entidades e que estão disponíveis para *download* no site do FASB (sendo que tanto poderiam estar endereçadas ao FASB como ao IASB). Neste mesmo estudo foram analisadas 645, dado algumas entidades terem enviado mais que uma carta escrita por remetentes diferentes. Destas 645 cartas, em três não foi possível a identificação do país de origem, tendo sido classificado como “N/A”. A informação referente a cada entidade foi retirada da própria *comment letter* e do seu *website*.

Em algumas entidades a identificação do país de sua origem não apresentou qualquer dificuldade, recorrendo-se à leitura das cartas. Contudo, algumas requeriam uma pesquisa mais exaustiva, tendo-se assumido os seguintes pressupostos. Nas empresas multinacionais cujo país não era mencionado na carta, foi tomado em consideração o país onde está localizada a sede da empresa, e nas associações que representam diversos países, foi considerado o país onde esta se localiza.

Classificaram-se, também, as entidades em diferentes grupos: (i) Preparadores, sendo aqueles que recolhem, processam e relatam a informação financeira; (ii) Revisores, aqueles que certificam, auditam e fiscalizam a informação constante nas demonstrações financeiras; (iii) Reguladores, aqueles que regulam e fiscalizam determinados sectores a nível de um país ou mundial; (iv) Utilizadores, aqueles que utilizam as demonstrações financeiras, que delas extraem informação para a sua actividade, como por exemplo os investidores; (v) Todas as outras entidades que não digam respeito ao mencionado anteriormente classificaram-se como Outros.

Para a primeira hipótese de estudo foi realizado um teste de *t-student*, que se classifica neste caso como um teste adequado à análise de diferenças de proporções para se verificar se existe diferença entre os grupos que concordam ou não com a proposta de alteração da IAS 17 incluída na versão ED/2013/6. Pretende-se chegar à conclusão que apesar da quantidade de preparadores ou restantes grupos que concorda ser diferente, as suas proporções não são significativamente diferentes. Para tal foram criadas duas hipóteses: (i) a h_0 = a proporção dos grupos que concorda é diferente; (ii) h_1 = a proporção dos grupos que concorda é igual. Estas duas hipóteses foram aplicadas primeiramente ao grupo dos preparadores em comparação com os restantes grupos, e, em seguida foram aplicadas ao grupo dos utilizadores em comparação com os revisores de forma a verificar-se se dentro dos restantes se havia disparidades.

Para respondermos às restantes hipóteses do estudo, ou seja, se existe uma associação positiva entre o nível de participação de determinado país e o volume anual de locações de cada país (H2), o número de empresas com contratos de locação (H3), pertencer à União Europeia (H4) e pertencer ao G4+1 (H5), foi efetuada a seguinte regressão:

$$\begin{aligned} \text{N}^\circ \text{ Cartas} = & \alpha + \beta_1 \text{Volume Anual} + \beta_2 \text{Contratos} + \beta_3 \text{PaísesUE} + \beta_4 \text{PaísesG4+} \\ & + \beta_5 \text{MarktCapitalisedCompanies} + \beta_6 \text{GPD_per_Capita} \end{aligned}$$

Aplicando uma metodologia semelhante a Larson e Herz (2013), a variável dependente deste estudo irá ser medida através do número de respostas (número de cartas), ou seja, o total de respostas dado por cada país avalia a sua percentagem de participação e o seu grau de envolvimento no processo de consulta pública e consequente aprovação da proposta.

As variáveis independentes são as seguintes:

- Volume Anual = volume anual de locações para cada país, com base no White Clarke Group Global Leasing Report (White, 2015);
- Contratos = número de empresas com contratos de locação que submeteram *comment letters* por cada país; a informação foi recolhida na própria *comment letter*, assumindo-se “zero” quando o participante não tinha nenhum contrato;
- Países UE = Assume-se 1 se o país de origem da *comment letter* pertencer à UE, e zero nos restantes casos;

- G4+1 = Assume-se 1 se o país de origem da *comment letter* pertence ao G4+1 (Austrália, Canadá, UK, EUA e Nova Zelândia), e 0 no resto dos casos.

As duas últimas variáveis independentes, Capitalização Bolsista⁴ e o GDP per capita, foram retiradas do World Bank (2013) e utilizadas como variáveis de controlo, à semelhança de Larson e Herz (2013).

⁴ Para os países que não existiam dados, visto o World Bank não conseguir obter informação para alguns deles, considerámos a média de todos os outros, de forma não se enviesar a média geral.

4. Resultados

4.1 Análise descritiva

Em resposta à proposta de alteração da IAS 17, 41 países submeteram *comment letters* conforme Tabela 1. Das 645 cartas analisadas, quatrocentas e trinta e seis (436) têm a seguinte origem geográfica: trezentas e vinte e nove (329) dos EUA, setenta e quatro (74) do UK e trinta e três (33) do Canadá. Sendo que o primeiro e o terceiro são os países onde o FASB tem influência e o segundo é onde está situado o IASB.

| Países | Nº Cartas | Países | Nº Cartas | Países | Nº Cartas |
|--------------------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|
| EUA | 329 | Finlândia | 6 | Argentina | 1 |
| UK | 74 | Índia | 5 | Escócia | 1 |
| Canadá | 33 | Suécia | 5 | Grécia | 1 |
| Alemanha | 22 | África Sul | 4 | Luxemburgo | 1 |
| Austrália | 21 | Coreia | 4 | Malásia | 1 |
| França | 20 | Irlanda | 4 | Peru | 1 |
| China | 15 | Dinamarca | 3 | Polónia | 1 |
| Japão | 14 | Noruega | 3 | Qatar | 1 |
| Bélgica | 12 | Indonésia | 2 | Quênia | 1 |
| Holanda | 12 | Israel | 2 | Rep. Checa | 1 |
| Brasil | 9 | Itália | 2 | Rússia | 1 |
| Espanha | 8 | México | 2 | Taiwan | 1 |
| Suíça | 8 | N.Zelândia | 2 | Zâmbia | 1 |
| Singapura | 7 | Arábia S. | 1 | N/A | 3 |
| Total Cartas: 645 | | | | | |

Tabela 1: Número de Cartas por País

Agrupando-se os países por continentes, conforme tabela 2, conclui-se que no continente Norte Americano se assiste a 56% de participação enquanto a Europa está representada com 29%. Não existe, assim, uma percentagem maioritária de países da União Europeia a participar.

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DA IAS 17-LOCAÇÕES
UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO LOBBYING

| Continentes | Nº Cartas | % |
|---------------------|------------|-------------|
| América Norte | 362 | 56% |
| Europa | 185 | 29% |
| Asia | 54 | 8% |
| Oceânia | 22 | 3% |
| América Sul/Centro | 13 | 2% |
| Africa | 6 | 1% |
| N/A | 3 | 0% |
| Total Cartas | 645 | 100% |

Tabela 2: Número de Cartas por Continente

Quando se agrupa os países por pertencerem ou não à União Europeia, conforme tabela 3, verifica-se que 74% das cartas submetidas são de países que não pertencem à União Europeia. Relativamente a pertencer ou não ao G4+1, conforme tabela 4, verifica-se que apenas 29% não pertence. A justificação para estes valores reside no facto de o grupo G4+1 ser constituído por Austrália, Nova Zelândia, UK, EUA e Canadá e são países de língua inglesa, o que poderá contribuir para um maior entendimento, visto a língua oficial do IASB e do FASB ser o inglês.

| União Europeia | Total | % |
|---------------------|------------|-------------|
| Não | 478 | 74% |
| Sim | 167 | 26% |
| Total Cartas | 645 | 100% |

Tabela 3: Pertencem ou não à União Europeia

| G4+1 | Total | % |
|------------------------|------------|-------------|
| Não | 186 | 29% |
| Sim | 459 | 71% |
| Total de Cartas | 645 | 100% |

Tabela 4: Pertencem ou não ao G4+1

Quanto ao tipo de entidades que submetem *comment letters*, 390 são de preparadores e 199 são de entidades classificadas como outros, conforme Tabela 5. Os preparadores são as entidades a quem compete a preparação e elaboração das demonstrações financeiras, logo, tendencialmente são estes que terão de modificar a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o novo normativo, o que, eventualmente, acarreta custos a vários níveis (formação de pessoal, alterações de

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DA IAS 17-LOCAÇÕES
UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO LOBBYING

programas informáticos, etc.). A percentagem de 31% para os outros poderá estar relacionada com o facto de este grupo apresentar tendência, para participar em geral nestes fóruns, como forma de apoio às empresas.

| Tipo | Respostas | % |
|--------------|------------|-------------|
| Preparadores | 390 | 60% |
| Outros | 199 | 31% |
| Revisores | 21 | 3% |
| Reguladores | 18 | 3% |
| Utilizadores | 14 | 2% |
| Prep./Util. | 3 | 0% |
| Total | 645 | 100% |

Tabela 5: Distribuição das Cartas por Tipo de Entidade

Das 645 respostas analisadas, 538 não concordam com a proposta, conforme ilustrado na tabela 6. Dessas 538, 343 são provenientes de preparadores e 155 são classificados como outros. Apenas 105 entidades dizem concordar com a alteração da norma, ou seja, 16,3% das participações totais. Com base nestes resultados pode-se afirmar que em nenhum tipo de entidade houve uma maioria que concordasse, uma vez que o *não concordo* apresentou sempre mais apoiantes.

| Tipo | Não | | Sim | | N/A | | Nº Cartas | |
|---------------------|------------|------------|------------|------------|----------|-----------|------------|-------------|
| | Abs | % | Abs | % | Abs | % | Abs | % |
| Preparadores | 343 | 53% | 46 | 7% | 1 | 0% | 390 | 60% |
| Outros | 155 | 24% | 43 | 7% | 1 | 0% | 199 | 31% |
| Revisores | 16 | 2% | 5 | 1% | | | 21 | 3% |
| Reguladores | 13 | 2% | 5 | 1% | | | 18 | 3% |
| Utilizadores | 8 | 1% | 6 | 1% | | | 14 | 2% |
| Prep./Util. | 3 | 0% | | 0% | | | 3 | 0% |
| Total Cartas | 538 | 83% | 105 | 16% | 2 | 0% | 645 | 100% |

Tabela 6: Resposta por Tipo de Entidade

Segundo dados extraídos do White Clarke Group Leasing Report (White, 2015) o volume anual de locações relativo a 2014, para os países analisados neste estudo, é distribuído conforme o gráfico 1 e totaliza 845,06\$bn, podendo verificar-se que 37,62% dizem respeito aos Estados Unidos (317,88\$bn), seguindo-se a China com 10,52% (88,9\$bn) e a Alemanha com 8,44% (71,31\$bn). Os 15,46% correspondente aos “Outros” dizem respeito à soma de todos os países cujo volume anual se encontra abaixo dos 13,00\$bn.

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DA IAS 17-LOCAÇÕES
UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO LOBBYING

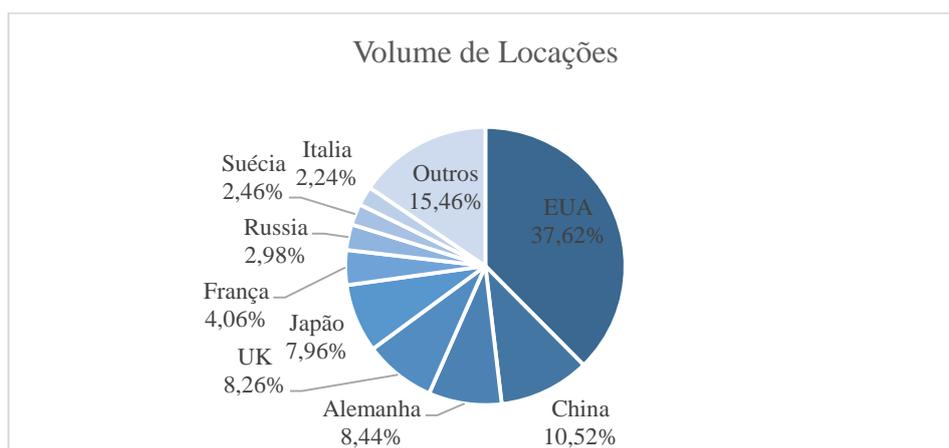


Gráfico 1: Volume de Locações por País

Relativamente ao número de empresas com contratos de locação que submeteram *comment letters*, conforme ilustra a Tabela 7, podemos constatar que os EUA são quem detêm maior número de empresas com contratos de locação, seguidos do UK e Canadá. Esta informação foi manualmente recolhida no processo de análise de conteúdo usado nesta dissertação, já que ao enviar a *comment letter* o participante identificava em que qualidade estava a responder ao processo de consulta pública.

| País | Nº de Empresas com Contratos de Locação | País | Nº de Empresas com Contratos de Locação |
|-------------------|---|----------------|---|
| EUA | 220 | Índia | 2 |
| UK | 36 | Irlanda | 2 |
| Canadá | 28 | Singapura | 2 |
| Alemanha | 15 | Arábia Saudita | 1 |
| França | 15 | Argentina | 1 |
| Austrália | 10 | Coreia | 1 |
| China | 9 | Dinamarca | 1 |
| Suíça | 8 | Itália | 1 |
| Holanda | 7 | Luxemburgo | 1 |
| Espanha | 5 | México | 1 |
| Japão | 5 | Noruega | 1 |
| Brasil | 3 | Nova Zelândia | 1 |
| Finlândia | 3 | Qatar | 1 |
| África do Sul | 2 | Suécia | 1 |
| Bélgica | 2 | | |
| Total: 385 | | | |

Tabela 7: Número de Empresas com Contratos de Locação por País

4.2 Teste de hipóteses

Como mencionado anteriormente, 16% dos participantes no processo de envio de *comment letters* concordavam genericamente com as alterações propostas, contra 83% de participantes que apresentavam algumas reservas quanto a essas alterações.

Para dar resposta à primeira hipótese, e considerando que os participantes no processo podem ser classificados em diferentes categorias (preparadores, utilizadores, revisores, reguladores e outros), é fundamental entender se há diferenças de opinião (concordar ou discordar) entre os diferentes grupos.

Como os preparadores representam cerca de 60% do total da amostra, conforme ilustrado na figura 5, a hipótese 1 será aplicada comparando este grupo com o total de todos os outros (restantes), sendo que a análise suportar-se-á nos resultados obtidos para o teste t para amostras independentes.

| Grupo de participantes | Número de participantes | Porcentagem dos que concordam | Diferença de médias | t-test | p-value |
|------------------------|-------------------------|-------------------------------|---------------------|--------|---------|
| Preparadores | 393 | 11,96% | - 11,85 | -3,990 | 0,000 |
| Restantes | 252 | 23,81% | | | |

Tabela 8: Resultado do teste t para amostras independentes (Preparadores vs. Restantes)

| Grupo de participantes | Número de participantes | Porcentagem dos que concordam | Diferença de médias | t-test | p-value |
|------------------------|-------------------------|-------------------------------|---------------------|--------|---------|
| Utilizadores | 14 | 42,86% | 19,00 | 1,140 | 0,265 |
| Revisores | 21 | 23,80% | | | |

Tabela 9: Resultados do teste t para amostras independentes (Utilizadores vs. Revisores)

Os resultados da tabela 8 demonstram que, quando comparados com os restantes grupos, a proporção dos participantes que concordam com as alterações na proposta é menor, uma vez que existem 11,96% dos preparadores que concordam, enquanto a proporção dos membros dos restantes grupos é de 23,81%. No entanto, não é possível concluir que um grupo concorda mais ou menos com as propostas do que outro grupo sem que, antes, seja feita uma análise de significância estatística da informação obtida pelo teste t para análise da diferença de proporções em amostras independentes. Os resultados deste teste sugerem uma diferença estatisticamente significativa entre os preparadores e os outros participantes no seu conjunto ($t=-3,990$; $p<0,001$).

Adicionalmente, a tabela 9 replica a questão anterior, confrontando a opinião dos utilizadores, onde estão os participantes que utilizam as demonstrações financeiras para daí extraírem informações sobre as empresas, com a dos revisores que inclui aqueles que auditam as demonstrações financeiras. 42,86% dos participantes classificados como utilizadores concorda com as alterações propostas pelo IASB à IAS 17, sendo esta percentagem superior aos que concordam e se classificam como revisores, cuja proporção é 23,8%. Aplicando novamente o teste t para amostras independentes conclui-se que não é possível rejeitar a hipótese nula da igualdade de proporções ($t=1,140$; $p=0,265$). Assim, ainda que a percentagem de utilizadores que concorde seja superior à percentagem de revisores, a diferença de proporções não é estatisticamente significativa.

Os preparadores, são assim, o grupo que em proporção menos concorda com a proposta de alteração, este grupo em geral é quem elabora as demonstrações financeiras. Estas conclusões são similares aos estudos de Hoppe e Briggs (1982) e Jupe (2000), que afirmam serem os preparadores quem tenta influenciar com mais frequência as propostas do IASB, dado serem o grupo que sente em maior escala os seus impactos.

A tabela 10 diz respeito à análise de correlação de Pearson entre as diferentes variáveis, dependentes e independentes, presentes na regressão linear que irá ser usada para testar as quatro hipóteses restantes. Nesta análise podemos verificar que todas as correlações são positivas, à exceção da variável N°Cartas com a variável PaísesUE, uma vez que neste caso a correlação é negativa, bastante baixa e não é estatisticamente relevante, ou seja, a variável dependente e a EU não se influenciam, não aumentando uma quando a outra diminui, como seria de esperar em variáveis com uma associação negativa. A correlação entre a variável dependente e a cotação de mercado e GDP per capita (MarktCapitalisedCompanies) apesar de ser positiva não é significativamente relevante.

Tal como mencionamos no capítulo 3, Metodologia, foi efetuada uma regressão linear de forma a testar as últimas quatro hipóteses, onde a variável dependente é igual ao nº de cartas e todas as outras são as independentes.

Na tabela 11 estão os resultados dessa regressão. Verifica-se que tanto o número de empresas com contratos de locação ($t= 23,278$; $p<0,001$), como o volume anual de locações ($t= 1,901$; $p<0,1$) e o facto de um país pertencer ao G4+1 ($t=2,003$; $p=0,05$)

têm uma associação positiva e significância estatística. As restantes variáveis, pertencer à EU ($t=1,309$; $p>0,1$), a cotação de mercado ($t=0,300$; $p>0,1$) e o GDP per capita ($t=-0,745$; $p>0,1$) não têm significância estatística, chegando mesmo o GDP per capita a ter uma associação negativa (resultados que estão em linha com o verificado na correlação de Pearson).

Relativamente à segunda hipótese, se existe uma associação positiva entre o volume de locações de um país e o número de empresas nele presente que submeteram *comment letters*, os resultados sugerem a existência dessa relação. Ou seja, dado um país ter maior volume de locações uma alteração nesta norma terá impacto em maior escala quando comparado com os países com menor volume de locações.

Na terceira hipótese testou-se ainda, a associação entre o número de cartas e o número de empresas com contratos de locações existente nos países considerados no estudo. Uma vez que na hipótese anterior a associação é positiva, se determinado país apresenta um número superior de empresas com contratos, o impacto tenderá a ser em maior escala quando comparado com outro.

Estes resultados estão em linha com os estudos que concluíram que as entidades têm maior incentivo a participarem quando possuem interesses económicos (Sutton, 1984; Watts e Zimmerman, 1986; Stenka e Taylor, 2011). Considerando os impactos que esta alteração acarreta para as empresas que detêm locações, como verificámos anteriormente, um aumento do passivo (Bennett e Bradbury, 2003; Kilpatrick e Wilburn, 2006), aumento nos rácios de alavancagem financeira e de *debt on assets* (Imhoff et al., 1991), decréscimo no retorno dos ativos e aumento do rendimento do capital (Duke et al, 2009), existirá um interesse para que estes impactos não se verifiquem, ou seja, que as alterações não sejam aprovadas. Assim, os países em que as empresas iriam ter estes impactos em maior escala tiveram um número de submissões superior aos outros.

A quarta hipótese procurava verificar uma associação positiva entre o número de cartas por país e o facto de este pertencer à União Europeia, neste caso a associação apesar de positiva não tem significância estatística. Ou seja, não se confirma relação entre os países pertencerem à União Europeia e participarem no processo de submissão de *comment letters*.

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DA IAS 17-LOCAÇÕES
UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO LOBBYING

| | Nº Cartas | Nº Contratos | Volume Anual | Países UE | G4+1 | MarktCapitalised Companies |
|----------------------------------|-----------|--------------|--------------|-----------|-------|----------------------------|
| Nº Contratos | ,997** | | | | | |
| | 0,000 | | | | | |
| Volume Anual | ,944** | ,940** | | | | |
| | 0,000 | 0,000 | | | | |
| Países UE | -0,062 | -0,076 | -0,044 | | | |
| | 0,695 | 0,633 | 0,780 | | | |
| G4+1 | ,556** | ,543** | ,448** | -0,121 | | |
| | 0,000 | 0,000 | 0,003 | 0,447 | | |
| MarktCapitalisedCompanies | 0,193 | 0,199 | 0,128 | -0,087 | 0,072 | |
| | 0,220 | 0,206 | 0,418 | 0,584 | 0,649 | |
| GDP per capita | 0,117 | 0,121 | 0,072 | 0,202 | 0,190 | ,311* |
| | 0,461 | 0,444 | 0,651 | 0,199 | 0,228 | 0,045 |

Tabela 10: Correlação de Pearson

Coeficientes^a

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DA IAS 17-LOCAÇÕES
UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO LOBBYING

| Modelo | Coefficientes não padronizados | t | Sig. |
|---------------------------|--------------------------------|--------|-------|
| | B | | |
| (Constante) | 0,583 | 0,425 | 0,674 |
| Nº Contratos | 1,375 | 23,378 | 0,000 |
| Volume Anual | 0,068 | 1,901 | 0,066 |
| 1 Países EU | 1,727 | 1,309 | 0,199 |
| G4+1 | 4,721 | 2,033 | 0,050 |
| MarktCapitalisedCompanies | 0,004 | 0,300 | 0,766 |
| GDP per capita | -1,813E-05 | -0,745 | 0,461 |

a. Variável Dependente: Nº Cartas

Tabela 11: Resultados da Regressão Linear

Considerando a quinta e última hipótese, a associação estatística neste caso é significativa. Existe relação entre um país pertencer ao G4+1 e a sua taxa de participação.

Estes resultados são semelhantes ao do estudo de Larson e Herz (2013), onde para o período entre 2001 e 2008 não existe significância estatística na variável independente de *EU Membership*, contrariamente à variável G4+1. Pode-se assim retirar a mesma conclusão, ou seja, que existe um declínio da importância de pertença à União Europeia, enquanto a inclusão no G4+1 tem o efeito contrário, apresentando-se como um factor cada vez com mais peso.

De forma a verificar a robustez deste estudo empírico recorreu-se à análise da colinearidade do modelo. Os resultados (não apresentados) demonstram que para o número de empresas com contratos de locação e volume de locações pode existir colinearidade, visto o seu FIV (fator de inflação da variância) ser superior ou próximo a 10, ou seja, a correlação entre estas duas variáveis é demasiado elevada. Assim, analisou-se o mesmo modelo mas sem a variável do número de empresas com contratos de locação, dado ser a que tem maior correlação com outra variável independente, especificamente, com o volume de locações. Os resultados são similares aos encontrados anteriormente, continuando a existir uma significância estatística e uma associação positiva entre a variável dependente e o volume de locações e pertença ao G4+1. Relativamente às outras variáveis não existe significância estatística, como testado anteriormente.

4.3 Análise adicional

Os resultados apresentados anteriormente respeitam exclusivamente aos obtidos para as hipóteses em estudo. No entanto, durante o processo de análise de conteúdo das *comment letters*, verificou-se que os argumentos apresentados pelos diferentes participantes apresentam traços comuns, embora alguma diversidade. Esta situação foi observada quer nos que concordavam, quer nos que discordavam das alterações propostas na IAS 17.

Neste contexto, termina-se a secção da análise dos resultados oferecendo um contributo adicional que pode ser aproveitado por qualquer investigador na continuação deste trabalho.

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DA IAS 17-LOCAÇÕES
UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO LOBBYING

Ao analisar-se as 645 *comment letters*, e ao se fazer a sua catalogação em “concordo” (Sim) ou “não concordo” (Não) com as alterações (conforme tabela 6), foi-se recolhendo informação sobre os argumentos usados por cada uma das partes para suportar a sua opinião. Os resultados são apresentados nas tabelas 12 e 13.

| Motivos | Preparadores | Outros | Revisores | Reguladores | Utilizadores | Prep./Util. | Nº Cartas |
|----------------------------------|--------------|------------|-----------|-------------|--------------|-------------|------------|
| Comentários Técnicos | 190 | 84 | 10 | 8 | 3 | 2 | 297 |
| Complexo | 78 | 31 | 1 | 3 | 2 | | 115 |
| Mais Custo que Benefício | 67 | 30 | 4 | 1 | 3 | 1 | 106 |
| Não Traz Benefício | 3 | 3 | 1 | | | | 7 |
| Necessita de Mais Esclarecimento | 1 | 2 | | 1 | | | 4 |
| Não Concorda com Modelo Dual | 1 | 2 | | | | | 3 |
| Outros | 3 | 3 | | | | | 6 |
| Total Cartas | 343 | 155 | 16 | 13 | 8 | 3 | 538 |

Tabela 12: Motivos para o “Não”

| Motivos | Preparadores | Outros | Revisores | Reguladores | Utilizadores | Nº Cartas |
|----------------------------------|--------------|-----------|-----------|-------------|--------------|------------|
| Necessita de Mais Esclarecimento | 39 | 33 | 5 | 3 | 5 | 85 |
| Sem Comentários | 3 | 5 | | 2 | 1 | 11 |
| Não Concorda com Modelo Dual | 4 | 3 | | | | 7 |
| Comentários Técnicos | | 2 | | | | 2 |
| Total Cartas | 46 | 43 | 5 | 5 | 6 | 105 |

Tabela 13: Motivos para o “Sim”

Como se pode observar para quem não concorda com a proposta (tabela 12) foram dados, maioritariamente, argumentos técnicos, não se limitando a mencionar a sua complexidade ou custo mas sim utilizando razões com argumentos baseados em análises ou estudos provando assim a não viabilidade do ED. Além de motivos técnicos existiram mais dois que se destacaram, sendo que 115 entidades mencionaram a complexidade do novo ED e 104 o facto de trazer mais custo às empresas a sua implementação que benefícios.

No caso das entidades que concordaram com o ED (tabela 13), apenas 11 não fizeram qualquer comentário. A maioria dos comentários (85 cartas) requeria mais esclarecimentos por parte do FASB e do IASB, para algumas dúvidas que ainda ficavam ao ler o ED.

Associar o tipo de argumento utilizado com o grupo a que pertence, com questões de natureza legal ou cultural do país, com a forma como o sistema de contabilidade está desenvolvido e, até, com o perfil da empresa em função do sector de atividade a que pertence, são propostas que se deixam em aberto e cuja resposta pode contribuir para melhor entender o processo de lobbying que envolve a atividade do IASB.

5. Conclusões

5.1 Conclusão do estudo descritivo e empírico

Este estudo empírico tem como objetivo analisar: (i) se existia algum tipo de entidade que concordasse mais que as restantes com a proposta de alteração da IAS 17, sendo que por tipo de entidade entende-se os preparadores, utilizadores, revisores e reguladores, como referenciado anteriormente (H1); (ii) a relação existente entre o nível de participação de diversos países, na submissão de *comment letters* à proposta de alteração das IAS 17 emitida pelo IASB e FASB, e o volume anual de locações do país (H2), o número de empresas com contratos de locação (H3) e se pertence à UE (H4), ao G4+1 (H5) ou a nenhum deles.

Para a realização do estudo foram analisadas 645 *comment letter* de 641 entidades diferentes, com o objetivo de comentar a proposta de alteração da IAS 17 elaborada conjuntamente pelo IASB e pelo FASB. As *comment letters* foram submetidas por 41 países diferentes, espalhados pelos 5 continentes, com a massiva participação de entidades dos EUA, que submeteram 329 cartas (51% do total), seguidos pelo UK com 74 cartas (11%) e o Canadá com 33 cartas (5%).

O número de países é semelhante ao analisado por Larson e Herz (2013) no seu estudo referente ao período de 2001-2008 e, tal como este, encontrámos uma grande diversidade geográfica, apesar de 85% das cartas serem submetidas pela América do Norte e Europa.

Quanto ao tipo de entidade, 390 das cartas submetidas são provenientes de preparadores, 199 de entidades classificadas como outros e 56 dizem respeito aos restantes tipos (utilizadores, revisores e reguladores). Do total de cartas submetidas, 645, apenas 105 (16,3%) concorda com a proposta contra 538 que não concordam (83,4%), existindo apenas duas das cartas que não emitem opinião.

No teste à hipótese 1 concluiu-se que os preparadores são os que menos concordam com a proposta de alteração feita pelo IASB e pelo FASB, o que se pode justificar pela sua alteração ter um impacto considerável nas demonstrações financeiras por estes elaboradas.

O volume de locações (H2) e o número de empresas com contratos de locação (H3) estão estatisticamente associados com o número de cartas que é submetido por cada país, ou seja, se determinado país tem um volume anual de locações superior aos outros, ou um número de empresas com contratos de locação superior, terá também um maior número de cartas submetidas, o que se pode justificar com o impacto económico de alteração das normas afectar um maior número de empresas e ser em maior escala.

O facto de um país ser um Estado Membro da União Europeia não está associado com o número de cartas por ele submetidas. Tal como Larson e Herz (2013) concluíram no seu estudo, o factor de pertença à UE é cada vez menos importante na explicação da participação neste tipo de questões, dado o aumento da diversidade geográfica e de países que utilizam as IFRS. Por outro lado, o facto de um país pertencer ao G4+1 está relacionado com a submissão de cartas.

5.2 Limitações e pistas para futura investigação

Este estudo apresenta, contudo, algumas limitações, sendo elas: (i) todo ele é baseado na análise de *comment letter* e na informação nelas contida, podendo existir cartas que foram mal classificadas por enviesamento de análise do investigador; (ii) apenas tomámos em consideração as *comment letters* como forma de *lobbying*, existindo outras vias pelas quais este pode ser feito.

No futuro poderão ser feitos estudos que analisem outras formas de *lobbying* sobre a IAS 17, poderá ser desenvolvida a análise sobre o impacto deste tipo de pressão no IASB, ou seja, como o IASB reagiu após a submissão das *comment letters*. Além disto podem ser, igualmente, alvo de análise outras variáveis, para além das aqui consideradas, verificar se a adopção das IFRS (voluntária ou obrigatória), o seu nível de desenvolvimento ou dimensão afeta o nível de participação.

Também se sugere um estudo empírico mais abrangente sobre as motivações e determinantes que se podem associar ao facto de um grupo concordar ou não com as propostas de alteração, analisando-se mais detalhadamente os argumentos utilizados para suportar a sua opinião. Neste estudo poderão ser classificados os participantes em função da sua conotação cultural ou sistema legal do país onde estão localizados.

6. Referências Bibliográficas

- Adel, A. 2015. *Leases: how did a lobbying group on the lease exposure draft reflect the financial reporting?* Master thesis present in Amsterdam Business School.
- Barone, E., Birt, J., Moya, S. 2014. Lease accounting: a review of recent literature. *Accounting in Europe*, 11(1): 35-54.
- Bennett, B. e Bradbury, M. 2003. Capitalizing non-cancellable operating leases. *Journal of International Financial Management and Accounting*. 14(2): 101-114.
- Broadbent, J. e Laughlin, R. 2005. Government concerns and tensions in accounting standard-setting: the case of accounting for the private finance initiative in the UK. *Accounting and Business Research*, 35(3): 207-228.
- Brown, P. R. 1982. FASB responsiveness to corporate input. *Journal of Accounting Auditing and Finance*, 5(4): 282-290.
- Business Dictionary. 2015. www.businessdictionary.com/definition/lobbying.html acessado em 20/10/2015
- Chung, D. 1999. The informational effect of corporate lobbying against proposed accounting standards. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 12(3): 243-269.
- Duke, J., Hsieh, S. e Suj, Y. 2009. Operating and synthetic leases: exploiting financial benefits in the post-Enron era. *Advances in Accounting*, 25(1): 28-39.
- Durocher, S., Fortin, A. e Cote, L. 2007. Users participation in the accounting standard-setting process: a theory-building study. *Accounting, Organisations and Society*, 31 (1-2): 29-59.
- Georgiou, G. 2004. Corporate lobbying on accounting standards: methods, timing and perceived effectiveness. *Abacus*, 40(2): 219-237.
- Georgiou, G. 2010. The IASB standard-setting process: Participation and perceptions of financial statement users. *British Accounting Review*, 42: 103-118.
- Giner, B. e Arce, M. 2012. Lobbying on Accounting Standards: Evidence from IFRS 2 on Share-Based Payments. *European Accounting Review*, 21(4): 655-691.
- Hansen, B. 2010. *Lobbying of the international accounting standards board: an empirical investigation*. Dissertation presented in Whittemore School of Business and Economics University of New Hampshire
- Hope, T. e Briggs, J. 1982. Accounting policy making – some lessons from deferred taxation debate. *Accounting and Business Research*, 12(46): 83-96.
- Imhoff, E., Lipe, R. e Wright, D. 1991. Operating leases: impact of constructive capitalization. *Accounting Horizons*, 5: 51-63.

International Accounting Standards Board (IASB). 2015. Mission Statement. Acedido em www.ifrs.org/About-us/Pages/IFRS-Foundation-and-IASB.aspx a 8/10/2015.

International Accounting Standards Board (IASB). 2016. How we develop IFRS Standards. Acedido em www.ifrs.org/How-we-develop-standards/Pages/How-we-develop-standards.aspx a 15/01/2016.

Jorissen, A., Lybaert, N., Oren, R. e van der Tas, L. 2012. Formal participation in the IASB's due process of standard setting: a multi-issue/multi-period analysis. *European Accounting Review*. 21(4): 531-554.

Jupe, R. 2000. Self-referential lobbying of accounting standards board: the case of Financial Reporting Standard No.1. *Critical Perspectives on Accounting*, 11(3): 337-359.

Kilpatrick, B. G. e Wilburn, N.L. 2006. Off balance sheet financing and operating lease: Impact on lessee financial ratios. *RMA Journal*, 89 (4): 80-87.

Kosi, U. e Reither, A. 2014. Determinants of corporate participation in the IFRS 4 (Insurance Contracts) replacement process. *Accounting in Europe*. 11(1): 89-112.

Kwok, W. e Sharp, D. 2005. Power and international accounting standard setting: evidence from segment reporting and intangible assets projects. *Accounting, Auditing and Accountability*, 18(1): 74-99.

Larson, R.K. e Herz, P. J. 2011. The academic community's participation in global accounting standard-setting. *Research in Accounting Regulation*, 23(1): 34-45.

Larson, R.K. e Herz, P.J. 2013. A multi-issue/multi-period analysis of the geographic diversity of IASB comment letter participation. *Accounting in Europe*, 10(1): 99-151.

Lodi, J.B. 1986. *Lobby: os grupos de pressão*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

Mattli, W. e Büthe, T. 2005. Global Private Governance: Lessons from a National Model of Setting Standards in Accounting. *Law and Contemporary Problems*, 68:225-262.

Orens, R., Jorissen, A., Lybaert, N. e van der Tas, L. 2011. Corporate lobbying in private accounting standard setting: does the IASB have the reckon with national differences? *Accounting in Europe*. 8(2): 211-234.

Pinhal, J. 2011. Locações: Uma nova abordagem. *Revisores e Auditores*. 54: 22-36

Polk, A. 2002. *Lobbying Activities of Multinational Firms*. Working Paper no. 0205, Socioeconomic Institute, University of Zurich.

Pong, C. e Whittington, G. 1996. The withdrawal of current cost accounting in the United Kingdom: a case study of the accounting standards committee. *Albacus*, 32(1): 30-53

- Richardson, A.J. e Eberlein, B. 2011. Legitimizing trasnational standard-setting: the case of the international accounting standard board. *Journal of Business Ethics*, 98(2): 217-245
- Rodrigues, A.I. 2014. Contabilidade – as mais recentes propostas para o tratamento contabilístico das locações. *Revisores e Auditores*. 66: 16-36
- Ryan, C., Dunstan, K. e Stanley, T. 2000. Local government accounting standard-setting in Australia: did constituents participate? *Financial Accountability and Management*, 16(4): 373-396.
- Stenka, R. e Taylor, P. 2010. Setting UK Standards on the concept of control: An analysis of lobbying behaviour. *Accounting Business Research*, 40(2): 109-130.
- Sutton, T.G. 1984. Lobbying of accounting standard setting bodies in the UK and the USA: a dowsian analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 9(1): 81-95.
- Tandy, P. e Wilburn, N. 1992. Constituent participation in standard setting: the FASB's first 100 statements. *Accounting Horizons*, 6(2): 47-58.
- Tandy, P. e Wilburn, N. 1996. The academic community's participation in standard setting: submission of comment letters on SFAS Nos. 1-117. *Accounting Horizons*, 10(3): 92-111.
- Tutticci, I., Dunstanm k. e Holmes, S. 1994. Respondent lobbying in the Australian accounting standard setting process: ED49. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 7(2): 86-104.
- Walker, R. e Robinson, P. 1993. A critical assessment of the literature on political activity and accounting regulation. *Research un Accounting Regulation*. 7: 3-40.
- Watts, R.L. e Zimmerman, J. L. 1978. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *Accounting Review*, 53(1): 112-134.
- Weetman, P., Davie E. e Collins, W. 1994. *Operating and financial review: views of analysts and institutional investors*. Edinburgh: The Institute of Chartered Accountants of Scotland.
- Weetman, P., Davie E. e Collins, W. 1996. Lobbying on accounting issues: preparer/user imbalance in the case of the operating and financial review. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 9(1): 59-73.
- Weetman, P. 2001. Controlling the standard-setting agenda: the role of FRS 3. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 9(1): 59-73.
- White, Ed. 2015. Global Leasing Report. White Clarke Group.
- World Bank. 2013. <http://data.worldbank.org/>. Acedido em 25/07/2016
- Zeff, S. A. 2002. "Political" Lobbying on Proposed Standards: A Challenge to the IASB. *American Accounting Association*, 16: 43-54.

Zimmermann, J., Werner, J.R. e Volmer, P.B.. 2008. *Global Governance in Accounting: Rebalancing Public and Power and Private Commitment*. London: Palgrave Macmillan